

Ilustrações sobre a figura feminina: representações do cotidiano e da conduta imposta às mulheres¹

Márcia do Socorro da Silva Pinheiroⁱ

Jennifer Yara Silvaⁱⁱ

RESUMO

A instrução feminina era assunto debatido desde os fins do século XVIII e movimentava o meio intelectual de Portugal e do Brasil no decorrer do século XIX. No contexto das lutas liberais, nos quais observamos propostas claras para a educação da mulher, as vozes de algumas delas destacaram-se por meio da imprensa. É o caso da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), que atuava como articulista de periódicos em Portugal e no Brasil. Nesse sentido, objetivamos analisar comparativamente “Cartas às raparigas” (1897), “A imaginação” (1898) textos publicados n’A *Província do Pará* (1876-2001) e “O movimento feminista atual”, material publicado na *Folha do Norte* (1896-1974), em 1896. Esta análise pretende demonstrar como a moralidade em relação à mulher era apresentada. Como aporte teórico-crítico usaremos o trabalho de Roger Chartier (2002).

Palavras-chave: Maria Amália Vaz de Carvalho; Instrução feminina; Meio intelectual; Imprensa Oitocentista.

ABSTRACT

Female education was a debated issue since the end of the 18th century, and it moved the intellectual milieu of Portugal and Brazil during the 19th century. In the context of the liberal struggles, in which we observe clear proposals for women's education, the voices of some of them stood out through the press. This is the case of the writer Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), who wrote articles for periodicals in Portugal and Brazil. In this sense, we aim to comparatively analyze “Cartas às raparigas” (1897), “A imaginação” (1898) texts published in *A Província do Pará* (1876-2001) and “O movimento feminista atual”, material published in *Folha do Norte* (1896-1974), in 1896. This analysis intends to demonstrate how morality in relation to women was presented. As a theoretical-critical contribution we will use the works of Roger Chartier (2002).

ⁱ Possui graduação em Letras (habilitação em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Letras - Estudos Literários pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará. Foi, ainda, bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. marciasp23@gmail.com

ⁱⁱ Possui Graduação em Letras (habilitação em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Letras – Estudos Literários pela mesma instituição. Atualmente é doutoranda em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná.

Keywords: Maria Amália Vaz de Carvalho; Female instruction; Intellectual means; 19th century press.

Objetivamos neste trabalho analisar as publicações “Cartas às raparigas” (1897), “A imaginação” (1898) publicadas n’A *Província do Pará* (1876-2001) e “O movimento feminista atual” publicado na *Folha do Norte* (1896-1974), em 1896. A partir da leitura desse material nomeado como cartas e assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho, notamos a aparição de um tema recorrente em seu conteúdo, que é a preocupação com temáticas referentes à conduta feminina; por exemplo, a autora se debruça em dissertar em tom de aconselhamento sobre a instrução, o comportamento e a leitura do público feminino.

Sobre a escrita epistolar, entendemos “que foi um processo de afirmação das práticas da cultura escrita, em uma sociedade que se tornava cada vez mais grafocêntrica” (PERROT, 2007, p. 99) no período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX. Assim sendo, escrever cartas era uma prática social que se generalizou e se popularizou com a ampliação da alfabetização da população e criação dos sistemas escolares.

Na busca por informações sobre as publicações da Província do Grão-Pará no século XIX, recorreremos ao catálogo *Jornais Paraoara*, de 1985. Nessa coletânea, foram catalogados os jornais publicados no estado desde 1821 até o ano de 1985, assim, totalizando um expressivo número de 1005 jornais (PARÁ, 1985).

De 1821 a 1841 houve a criação de trinta e sete periódicos na província do Grão-Pará, outros trinta jornais foram publicados em Belém na década de 1850, entres eles, mencionamos: *Marmota Paraense* (1850), *O Bom Paraense* (1851), *Correio dos Pobres* (1851), *O Grão-Pará* (1851), *O Piparote* (1851), *Monarchista Paraense* (1852), *O Monitor* (1852), *Aurora Paraense* (1853), *Diário do Commercio* (1854), *O Colono de Nossa Senhora do Ó* (1855), *O Boquinha de Moça* (1856), *A Bonina* (1857), *Curupyra* (1858).

Apresentadas essas considerações iniciais sobre como foi iniciada a constituição da imprensa paraense, percebemos que todo esse espaço de manifestações para

publicação de notícias não existiria se não fosse o estabelecimento e a solidificação da imprensa. Posto isso, não podemos deixar de lado que foi nesse suporte que foram divulgadas publicações como: cartas, romance-folhetim, contos, crônicas, artigos de opinião, juízos críticos e reflexões sobre obras, autores e questões sociais que a atualidade da época solicitava.

Para a organização deste trabalho, apresentamos uma tabela que expõe quais jornais paraenses publicaram narrativas de Maria Amália. Sequencialmente, foi feita uma demonstração sumária dos perfis ideológicos de alguns jornais que trabalhamos na pesquisa e que foram usados neste trabalho, foi também dado conta de como iniciou-se a aparição dos periódicos nos primeiros anos da imprensa na Província do Grão-Pará, para, por fim, analisarmos os três textos selecionados neste artigo.

Os jornais como *A Província do Pará* divulgavam os textos nos quais a autora discorria sobre o voto feminino, a sociedade e a religião; tal material questionava a influência da Igreja na vida dos indivíduos. Esse tipo de publicação era possível no referido periódico pelo fato d' *A Província* ser considerada uma folha mais progressista.

Como exemplo dessa inclinação voltada à modernidade, citamos uma publicação intitulada “Divórcios”, na terceira coluna da edição nº 108, de maio de 1887, no jornal *A Província do Pará*, sobre a promulgação do divórcio na França. O artigo discorre sobre a datação da promulgação do divórcio na França, em 27 de julho de 1884, e “assemelha o adultério do esposo ao adultério da mulher, até então, a prova do adultério do esposo só era permitida no caso do marido ter a concubina sob o mesmo teto conjugal” (*A Província do Pará*, 1887, p. 2).

Coerentemente ao conteúdo dessa nota, havia outras menções em favor do divórcio, do voto feminino, da emancipação das mulheres no referido jornal. As influências do pensamento europeu serviriam como base de uma mentalidade para a constituição de um ideal de progresso e de civilização nos discursos e ações do poder público do período, em meio às prerrogativas políticas e sociais referentes à constituição do Brasil enquanto nação.

Em consonância ao perfil da *Província do Pará*, o *Correio Paraense* também divulgava as narrativas que tinham mais polêmica, como, por exemplo: “O Papa e a República”, “A mulher e o voto”, “Centenário de Voltaire”, entre outros ensaios,

também de autoria de Maria Amália e de outros autores, com temáticas que causavam inquietação para os leitores alinhados com o conservadorismo defendido na época.

Por outro lado, *A Constituição: órgão do partido conservador*, ao defender a temática do conservadorismo, publicava em suas páginas textos como: “Ociosidade feminina”, no qual Maria Amália dissertava sobre o comportamento feminino, como a mulher que não se ocupava com os afazeres domésticos poderia ficar doente. Essa diversidade nas publicações demonstra que a autora portuguesa escrevia sobre os mais variados temas.

É também interessante verificar a multiplicidade desse material divulgado em cada jornal. Por exemplo, um periódico de perfil conservador publicava um texto assinado por Maria Amália Vaz de Carvalho ou qualquer outro autor apenas com conteúdo singular aos seus ideais, já os jornais de cunho progressista e liberal tinham a inclinação de publicar textos considerados modernos, contra o ideal de família defendido para aquele tempo.

Tabela 1 – Jornais que divulgaram escritos de Maria Amália Vaz de Carvalho na Província do Grão-Pará

JORNAIS	TEMPO DE CIRCULAÇÃO	EDITORIAL
<i>Diário do Gram-Pará</i>	1853-1892	Considerado o primeiro a ser publicado diariamente no Estado.
<i>Diário de Belém</i>	1868-1892	Folha política, noticiosa e literária.
<i>O Liberal do Pará</i>	1869-1889	Jornal político, comercial e noticioso.
<i>Correio paraense</i>	1892-1894	Diário noticioso, comercial e literário.
<i>A Província do Pará</i>	1876-2001	Progressista.
<i>Folha do Norte</i>	1896-1974	Absolutamente imparcial, publica todos e quaisquer artigos, notícias e informações, contanto que lançados em termos convenientes.
<i>O Democrata</i>	1890-1899	Órgão do partido republicano democrático.
<i>A constituição</i>	1876-1886	Órgão do Partido Conservador.

Fonte: Elaborada a partir de pesquisa no acervo da seção de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana e do site da hemeroteca digital.

A compilação desses jornais nos oferece um panorama geral sobre os periódicos com uma perspectiva histórica da cobertura da ciência, da temática feminina e política por parte dos principais jornais diários do estado, pois não fazemos a leitura das publicações assinadas por Maria Amália por elas mesmas, mas também realizamos uma investigação que considera o editorial dos jornais. Um recorte mais específico demonstra qual tendência o jornal seguia, ou seja, se era voltado à temática científica, política, conservadora, feminina ou se abarcava todos esses temas em suas publicações.

A proposta editorial dos jornais que, na maioria das vezes, possuía uma abordagem política no surgimento da imprensa paraense. Por exemplo, o *Diário de Belém* defendia que era representante do partido republicano e garantia publicações de cunho político em suas colunas. No entanto, também havia a veiculação de transcrições, de notas, de informações oficiais, de correspondências, de comentários e, em alguns casos, de notícias de Portugal, da chegada de livros e o que acontecia em outras províncias do Brasil.

Ao se pensar em literatura produzida por mulheres na virada do século XIX para o XX, devemos considerar que nem todos os assuntos eram permitidos de serem tratados pelas escritoras, haja vista se esperar delas textos que tratassem de amenidades, que primassem pela manutenção dos valores tradicionais. Portanto, neste trabalho buscamos responder se os textos escolhidos para análise têm a mesma unidade temática entre si e se predomina a preocupação com a educação e a instrução feminina tão buscada e comentada na época.

Maria Amália demonstrava que a sua própria experiência de vida lhe mostrava que o dever feminino exige sacrifício, coragem, abnegação completa e, acima de tudo, resignada submissão à lei civil, que, convenientemente, entendia não ser mais do que a lei do homem, opressora da mulher. Nessas publicações são abordadas temáticas relacionadas ao comportamento da mulher. Por isso, a forma epistolar se revelou a mais indicada para conectar a autora ao público, especialmente por ser considerada um gênero de teor mais intimista. Dessa forma, tal método poder ser entendido como meio importante para o acesso a um mundo do saber que envolvia as experiências do universo

da mulher. Acerca dessas orientações sobre o comportamento das damas, destacamos o seguinte fragmento de “A imaginação”:

Amiga leitora, o conhecimento do caráter feminino adquire-se mais facilmente pela observação e pelo estudo do meio que a mulher soube formar em torno de si, do que pelas confissões que ela porventura faça dos seus gostos, das suas tendências e dos seus afetos. Querem conhecer a mulher? Estudem a casa em que ela vive, a mobília que a cerca, as *toilettes* que ela usa, os livros que lê, os quadros que prefere, e gosto ou o desamor que ela manifesta em relação a certas coisas do espírito. A mulher que vive muito em casa, que prefere a tudo a companhia do marido, que tem para prender a *coquetterie*, embora inocente, que a filha de Eva não dispensa em nenhum dos seus afetos por mais legítimos que eles sejam, revela-se em mil pequeninos traços, que o homem inteligente reconhece à primeira observação (CARVALHO, 1898, p. 2).

Tal assertiva confirma a hipótese que Maria Amália escrevia suas obras para aconselhar o público feminino, especialmente, porque sabia que a virada do século XIX para o século XX era um momento de preocupação da sociedade em relação à formação das famílias e que foi dado à mulher o papel de mantenedora da ordem familiar. Por isso, ao escrever “estudem a casa que ela vive, a mobília que a cerca, as *toilettes* que ela usa”, percebemos uma orientação para que seja colocada uma carga sobre o papel e o comportamento de uma esposa e de uma mãe, já que era como se toda a unidade de coesão, de organização da família estivesse contida na mulher.

Ao compilarmos as publicações assinadas por Maria Amália, concluímos que existia uma predominância por temas relacionados ao feminino. Portanto, nesse material mencionado, era bastante frequente encontrarmos cartas, descrições da vida privada das mulheres, e críticas ao grupo que defendia o sufrágio – haja vista haver quem advogasse em favor da emancipação real das mulheres e existir o grupo que se enquadrava no perfil conservador, o qual julgava ser o ambiente doméstico o único lugar em que uma dama devia circular. Tal assertiva corrobora a hipótese de que a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, possivelmente, sofria influência desse setor mais reacionário e, assim, apresentava nos conteúdos de seus escritos uma certa moderação, o que estava em desacordo com os temas divulgados em jornais acerca da emancipação feminina.

Na contramão do que Maria Amália apresentava em suas considerações, havia o fato de que o papel das mulheres, restrito ao lar, aos filhos e ao marido, começou a ser contestado de forma mais radical a partir do século XIX. Com o advento de grandes revoluções (como a Revolução Industrial), o movimento feminista ganhou mais

impulso. É importante mencionar que já havia no século XVIII manifestações de valorização do feminino e que se intensificaram no XIX. Do Setecentos, mencionamos a iniciativa de Marie Olympia Gouges (1748-1793), que em 1791 apresentou à Assembleia Nacional de seu país a corajosa *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, documento em que defendia a ideia de que todas as mulheres deveriam ter os mesmos direitos dos homens, inclusive de propriedade e de liberdade de fala. Desde então muito foi discutido, tanto em favor ou contra esse ideal de igualdade entre homens e mulheres

Tal consideração pode ser confirmada na tabela apresentada abaixo, pois neste quadro, com informações retiradas de jornais que circularam no século XIX, encontramos uma quantidade significativa de notas e anúncios que destacavam a valorização da mulher.

Tabela 2 – Informações divulgadas em jornais do mundo sobre as conquistas do feminismo.

JORNAIS	TÍTULO	CONTEÚDO
<i>Revista de Paris</i> (1878)	O feminismo borboleteia	O feminismo é resultante das emoções e das sensações femininas e passará rápido.
<i>Jornal do Commercio</i> (1897)	Vitórias do feminismo	A Associação new-yorkense para o sufrágio feminino, presidida por um homem acaba de promover uma vasta petição ao Estado solicitando o direito ao voto feminino.
<i>Comercio de Portugal</i> (1888)	A evolução do feminismo	Trata de autoras anteriores ao século XIX, como Maria Lejars de Gerunay falecida em 1645 que publicou em 1622 <i>De l'égalité des hommes et des femmes</i> .
<i>Diário de Notícias</i> (1898)	Plectros	Apresenta elogios às mulheres que escrevem e trata do Plectros de Ibrantina Cardona, poetisa do Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborada a partir de pesquisa no acervo da seção de microfilmagem da Biblioteca Arthur Viana e do site da hemeroteca digital.

A partir do que foi encontrado sobre o feminismo nos jornais, houve a necessidade de pensar acerca da heterogeneidade de textos que contemplam a temática feminina no século XIX. Por conta disso, é necessária a aparição desses dados para demonstrar que existia quem se posicionasse em favor da libertação das mulheres, bem como havia homens e mulheres que são considerados detratores da emancipação feminina.

Em dissonância com o material apresentado sobre as conquistas do feminismo, retornamos a um texto que já mencionamos neste artigo e destacamos um trecho recortado de “A imaginação” publicado n’*A província do Pará*, que assinala a visão de fragilidade da figura feminina, já que informa que as mulheres tinham na imaginação o seu pior inimigo.

Dizia não sei que espirituosa marquesa do tempo em que as mulheres se salvavam, não pelas obras, mas pelo espírito, que a imaginação era a pior inimiga do nosso sexo, porque não havia uma só tolice perpetrada por nós que a não tivesse por inspiradora. Há neste dito um grande fundo de verdade. Não que eu maldiga a imaginação. Deus me defenda dessa heresia! Mas é que, no fim das contas, ela, a *folle du logis*, como lhe chamou mais tarde um pensador sutil, arrasta-nos por desvios e atalhos, que nunca teríamos a tentação de conhecer se não fossem as suas investigações feiticeiras! (CARVALHO, 1898, p. 2).

Como se depreende, há no fragmento um apelo para que as damas não sejam levadas pela imaginação, considerada, pela autora, inimiga do sexo feminino. Há também uma referência negativa às obras das mulheres, não fica claro se essa obra é uma produção escrita, uma ação ou um feito, mas o fato relevante é o trecho “do tempo em que as mulheres se salvavam não pelas obras”, portanto, cabe que pensemos quais eram esses outros pontos que salvavam as mulheres. O que também destacamos dessa assertiva é o fato de a autora usar um artifício discursivo ao dizer que “uma espirituosa marquesa” proferia tais assertivas negativas sobre as mulheres; tal atitude isenta de certa maneira Maria Amália, pois a afirmação não parte diretamente da autora.

A autora é consciente de que, historicamente, o discurso predominante sempre foi o ponto de vista masculino, tanto é que ratifica que para o homem era aberto “um campo enorme, próprio para todas as culturas e para todas as construções” (CARVALHO, 1898, p. 2), tal apoio sempre à figura masculina acabava por reforçar os

ideais patriarcais acerca da “inferioridade” e “da submissão da mulher”. Apesar de ser mulher, a autora confirma a ideia endossada pelos homens da época e também por outras mulheres, porque Maria Amália expunha em seus escritos o perfil do belo sexo como uma versão do que a sociedade patriarcal desejava e, com isso, não conseguia representar a figura feminina em sua totalidade.

Em “Cartas às raparigas”, publicado n’A *província do Pará*, a portuguesa mantém a unidade temática pontuada em “A imaginação” ao continuar dissertando sobre a preocupação com o comportamento das jovens leitoras. A autora inicia a carta afirmando que escreve em resposta a uma leitora brasileira. A partir dessa estratégia de escrever por meio de missivas, conjecturamos que Maria Amália cria uma espécie de ligação mais forte com as leitoras pela ideia de ser uma resposta a uma consulta sobre prescrições que guiam mães e filhas.

É uma carta de uma senhora brasileira, perguntando-me a leitura que deve dar a sua filha, para lhe *alimentar o espírito curioso*, ávido de instruir-se, ávido de saber. Esta senhora sabe que sou mãe, que tenho educado dois filhos, um rapaz e uma rapariga, que devo, portanto, ter-me preocupado profundamente com este complexo e difícil problema da educação moderna, aplicado a um e outro sexo. Sugerir aos rapazes que *leiam muito*; conseguir das raparigas que *não leiam demais*. [...] Dois caminhos se oferecem às cogitações da mãe que tem por filha *uma rapariga inteligente, curiosa, ávida de saber* (CARVALHO, 1897, p. 3; grifos nossos).

Iniciamos pela verificação dos adjetivos que a autora usa para designar a jovem que necessita ouvir os aconselhamentos sobre leitura: “curioso”, “ávido” e isso é colocado no texto com certo teor de negatividade, pois para a sociedade da época, as mulheres não deviam ser “curiosas”, “abelhudas” ou “sabichonas”. Na sequência de ideias apresentadas para criação dos filhos, a autora sugere distinção entre o que os rapazes devem ler em relação às leituras das jovens, pois, de acordo com Maria Amália os rapazes devem ler “muito”, já as donzelas não devem ler “demais”. Tal afirmação é condizente com o que outros periódicos divulgavam à época, principalmente os dirigidos por figuras letradas e religiosas, em que a preocupação sobre as leituras realizadas se voltava muito mais para as mulheres, jovens ou adultas, a fim de afastá-las de qualquer narrativa que instigasse a comportamentos ou questionamentos sobre sua condição social e pessoal. A ideia de que os romances, principalmente, eram leituras significativamente influenciáveis e deveriam estar completamente ausentes das casas de

famílias era amplamente divulgada por meio de artigos opinativos em periódicos religiosos da mesma época de circulação dos jornais que publicaram as missivas da autora portuguesa.

Acerca do material divulgado na *Folha do Norte* intitulado “o feminismo atual”, também constatamos que segue a mesma temática trabalhada nos dois textos apresentados neste artigo, ou seja, expõe considerações sobre questões relacionadas ao papel da mulher e do feminismo. No entanto, já pode ser vislumbrada uma mudança no conteúdo do texto, como demonstramos a seguir:

As questões que agitam este final de século são tantas e tão variadas, que para assuntos diferentes é solicitada a atenção dos observadores. No velho e no novo mundo as mulheres agitam-se, querem a emancipação política, querem a liberdade individual. Repugnam-lhes o papel de tuteladas a que até aqui têm estado reduzidas, e a sua grande ambição é aumentarem a confusão. Nada mais justo da parte do sexo feminino do que a sua aspiração à liberdade e mesmo à facilidade de conquistar pelo trabalho a independência, e pela destruição de um preconceito absurdo, a dignidade da sua inteligência e alforria da sua longa escravidão (CARVALHO, 1896, p. 2).

Quando as mulheres não correspondiam aos modelos propostos, eram consideradas seres perigosos, subversivos que ameaçavam a ordem que seria considerada “natural”, como, por exemplo, desejarem emancipação, não permitirem estar sob a tutela do homem, mesmo este sendo o pai ou o marido. No fragmento em questão, a autora inclina-se a defender a liberdade feminina, pois, possivelmente, começava a entender que as mulheres poderiam desenvolver livremente o pleno direito de escolha, o direito “sagrado de amar ou não amar”, de casar ou ficar solteira, sem que isso representasse uma vergonha ou uma situação considerada ridícula. Para isso, era necessário que houvesse a independência feminina pela educação e pelo trabalho, mostrando que a felicidade da mulher e sua utilidade na vida não estavam única e exclusivamente no casamento.

Ao lado dessa aparente mudança de pensamento, na pesquisa em fontes primárias, devemos analisar inúmeros pontos de vista que envolvem o contexto da época. Por isso, é importante mencionar que a escritora portuguesa pode ter sido levada a mudar suas estratégias de escrita, por exemplo, pela data do texto ser de 1896, momento que já havia uma configuração que principiava uma mudança real sobre o debate da liberdade da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material apresentado neste trabalho confirma a contribuição dos jornais no que envolve as prescrições apresentadas ao público feminino na Província do Grão-Pará, uma vez que “A imaginação”, “Cartas às raparigas” e “O movimento feminista atual” expõem como era a representação cultural do universo feminino, e o fato de esse material ter circulado em Portugal e em outras cidades do Brasil demonstra que a capital paraense divulgava publicações mantendo uma coerência com textos que circulavam na maioria dos jornais oitocentistas. Dessa maneira, feitas as leituras desses escritos, concluímos também que a publicação de textos assinados por Maria Amália demonstra o intercâmbio cultural na produção de ideias entre Belém e Portugal no século XIX.

No que se refere à utilização da imprensa como fonte histórica, vale o registro acerca da compreensão de que a mesma deixa de ser encarada como um mero veículo de informações, “transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e não se mantém isolada dos fatos da realidade político social na qual se insere” (CHARTIER, 2002, p. 87), ou mesmo como apenas instrumento de dominação, manipulação de interesses e de intervenção na vida social, utilizada pelas classes dominantes.

Essas informações acerca do que era prescrito sobre educação intervêm na reprodução de estereótipos ideológicos, de padrões de comportamento que imprimem uma forma de estar e de agir socialmente, na definição de papéis com os quais a mulher foi construindo, desde sempre, uma imagem de si para si. Muitos intelectuais foram assim, afinando as suas ideias sobre a instrução, dando diretivas sobre a posição relativa de cada um dos gêneros.

Destacamos, ainda, que este trabalho contribui também em relação à História do Livro e da Leitura, porque foi lançada uma nova luz ao que se lia no século XIX, já no que envolve a história literária, demonstramos que se liam mais autores do que foi exposto nos compêndios de literatura. Sendo assim, a análise dessas publicações foi feita a partir de um olhar de quem está no século XXI, que as leu de uma perspectiva múltipla: da literatura e do gênero, da história cultural e da historiografia literária.

Referências

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

Fontes primárias

A província do Pará (1876-2001)

Folha do Norte (1896-1974)

A constituição: órgão do partido conservador (1876-1886)

Diário do Gram-Pará (1853-1892)

Diário de Belém (1868-1892)

O liberal do Pará (1869-1889)

Correio Paraense (1892-1894)

Recebido em: 19/05/2021

Aceito em: 07/12/2021

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.